

REVISITANDO AS LEIS E LITERATURA SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL EM
CONTEXTO INDÍGENAÉrica Melo de Lima Pessoa¹ e Jonise Nunes Santos²¹Universidade Federal do Amazonas
(ericamel_pessoa@hotmail.com)²Universidade Federal do Amazonas
(jonisesantos@gmail.com)

RESUMO

No contexto da legislação educacional, apesar de a educação infantil ser um direito da criança, na escola indígena não é obrigatória. Essa etapa se apresenta na lei, a partir do Parecer n 013/2012 e da Resolução n 05/2012, que, no entanto, não apresenta orientações capazes de definir como deve ser a Educação Infantil nas aldeias. Dessa forma, este trabalho apresenta resultados de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, de visão geral sobre a Educação Infantil em contexto indígena, para investigar os pressupostos legais e teóricos sobre Educação Escolar Indígena na Educação Infantil. Foram localizados e selecionados artigos e publicações sobre o tema, assim como os documentos que normatizam a educação básica brasileira. O resultado da presente pesquisa demonstra que é necessário um maior número de pesquisas de campo para enriquecimento do debate sobre o tema.

Palavras-chave: Educação infantil, educação escolar indígena, educação infantil indígena.

ABSTRACT

In the context of educational legislation, spite of the Children Education being a right for them, at indigenous schools, it is not compulsory. This stage is presented in the law, from the Decision 013/2012 and Resolution 05/2012. However, it does not present guidelines capable of defining how the Children Education should be in the villages. Thus, this paper presents results of bibliographic and documentary research, with a qualitative approach, with an overview of Children Education in the indigenous context, to investigate the legal and theoretical assumptions about indigenous school education in

¹ Érica Melo de Lima Pessoa, Acadêmica de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – ericamel_pessoa@hotmail.com.

² Jonise Nunes Santos, Professora MSc. da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – jonisesantos@gmail.com

Kindergarten Education. Articles and publications on the topic were found and selected, as well as the documents that regulate Brazilian Basic Education. The result of this research demonstrates that more field research is needed to enrich the debate about the subject.

Keywords: Children Education. Indigenous School Education. Indigenous Children Education.

INTRODUÇÃO

No contexto da legislação educacional, apesar de a educação infantil ser um direito da criança, na escola indígena não é obrigatória. Essa etapa se apresenta na lei, a partir do Parecer nº 013/2012 e da Resolução nº 05/2012. No entanto, não apresenta orientações capazes de definir como deve ser a Educação Infantil nas aldeias. Dessa forma, este trabalho apresenta resultados de pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, de visão geral sobre a Educação Infantil em contexto indígena.

O objetivo do trabalho foi investigar os pressupostos legais e teóricos sobre Educação Escolar Indígena na Educação Básica, mais especificamente sobre a Educação Infantil. Através de buscas no banco de teses e dissertações da CAPES e em sites de buscas, foram localizados e selecionados artigos e publicações sobre o tema, assim como os documentos que normatizam a educação básica brasileira.

Nosso enfoque é a educação infantil dentro da diversidade, isto é, o atendimento às crianças indígenas em contexto diferenciado, que as políticas públicas de educação vêm tentando nortear a interface com a educação escolar indígena. Dessa forma, a presente pesquisa detectou na política para Educação Escolar Indígena a perspectiva referente à Educação Infantil, por ser uma temática que envolve questões no âmbito social, político e cultural, suscitando dúvidas e incertezas.

No contexto da Educação Escolar Indígena, as discussões vinculadas à Educação Infantil são recentes e implicam em ter como referência o fato de ser concebida como: educação escolar comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada (BRASIL, 1998, p. 24-25).

Ademais, durante a investigação, notou-se a contribuição de estudos antropológicos sobre crianças, possibilitando a compressão das diferenças entre as crianças de diferentes povos. Porém, especificamente em relação a educação escolar indígena infantil, faz-se necessário um maior número de pesquisas de campo para enriquecimento do debate sobre o tema, para que se faça o ordenamento periódico de informações e resultados obtidos, que

contribui com a discussão em torno desse assunto.

MÉTODO OU FORMALISMO

Metodologicamente, foi realizada revisão das leis referentes à Educação Escolar Indígena e da literatura, no período compreendido entre 2006 a 2017, sobre a produção acadêmica referente à Educação Infantil no contexto escolar indígena, que contribuiu consideravelmente para a reafirmação do direito por uma educação diferenciada dos povos indígenas.

Os métodos de pesquisa utilizados foram: a pesquisa bibliográfica, que basicamente consiste em considerar como referenciais textos escritos sobre o assunto, sejam livros, teses, dissertações, artigos, etc.; e a pesquisa documental, que considera como referências não só textos bibliográficos, mas qualquer tipo de documento, como: jornais, fotos, filmes, gravações, etc.

Foram focos de análise documental: *Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - Parte 3 – das Modalidades de Ensino na educação Escolar Indígena, Letra A - Educação Infantil* (BRASIL, 2014); *Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas – III. Implicações para a Formação de Professor e outros Atores Institucionais*, p. 80 (BRASIL, 1998); *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena na Educação Básica* (BRASIL, 2012); *O Plano Nacional de Educação – Lei n. 13. 005/14*; Artigo 13 - Resolução n°03, de 10 de novembro de 1999; *Artigo 8 - Resolução n°05, de 22 de junho de 2012*. Alguns desses documentos fazem referência à Educação Infantil em contexto indígena.

De posse dos dados coletados, foi elaborado um panorama sobre a Educação Infantil em contexto indígena, na perspectiva de contribuir para a formação continuada de professores e refletir sobre as possibilidades de socialização das crianças nas escolas indígenas, além de possibilitar uma versão de **“estado do conhecimento” no Brasil sobre os estudos e pesquisas**.

Com o objetivo de organizar as informações, elaborou-se um quadro de referência para cada um dos métodos utilizados, onde as bibliografias foram classificadas por ordem cronológica, tipo de documento ou publicação, fontes, títulos, autores e resumo de cada bibliografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente foi realizada uma pesquisa documental, para nortear o presente estudo e permitir o conhecimento sobre a evolução da legislação vigente no Brasil. De acordo com a legislação Educacional brasileira, todas as crianças têm o direito a Educação Infantil, em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). Direito conquistado a partir da Constituição Federal de 1988 e da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A Constituição Federal de 1988 criou a obrigatoriedade de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade em seu artigo 208, inciso IV. Já o artigo 211, § 2º, dispõe que os Municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil. Quanto ao investimento, o artigo 212 nos diz que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% (dezoito por cento) e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% (vinte e cinco por cento), da receita proveniente de impostos na Educação.

O artigo 22, inciso XXIV, dispõe sobre a competência legislativa privativa da União de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. E o artigo 205 estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, é dever do Estado oferecer vaga em instituição de ensino para todas as crianças nessa faixa etária, inclusive as indígenas. Porém, a oferta da Educação Infantil aos indígenas não é obrigatória e cada comunidade indígena tem autonomia para decidir tal oferta.

Conforme Andrioli (2012), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9394/1996, definiu, em seu Artigo 8º, que a educação deve ser organizada em regime de colaboração entre os Sistemas de Ensino (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), cabendo à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas de ensino, exercendo função normativa e redistributiva em relação às demais instâncias educacionais:

Art. 8 A Educação Infantil, etapa educativa e de cuidados, é um direito dos povos indígenas que deve ser garantido e realizado com o compromisso de qualidade sociocultural e de respeito aos preceitos da educação diferenciada e específica.

§ 1º A Educação Infantil pode ser também uma opção de cada comunidade indígena que tem a prerrogativa de, ao avaliar suas funções e objetivos a partir de suas referências culturais, decidir sobre a implantação ou não da mesma, bem como sobre a idade de matrícula de suas crianças na escola. (BRASIL, 2012).

Para atingir os objetivos almejados para a Educação Infantil, foram traçadas metas e estratégias, destacando a Meta 1 e a estratégia 1.10 do Plano Nacional de Educação de 2014, que visam ampliar a oferta de educação infantil no Brasil e incentivar o atendimento escolar aos indígenas. Conforme segue:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para

as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

[...]

Estratégia: 1.10 - fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo consulta prévia e informada (BRASIL, 2014).

Contudo, Troquez (2016) analisa a estratégia e discorre que o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) trata a questão da educação infantil **indígena de forma inespecífica e tangenciada, pois prevê “fomentar o atendimento [...] por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta [...]”**. Dando a impressão que as dificuldades que envolvem este oferecimento dizem respeito a questões de localização apenas.

Com relação a formação de professores indígenas para atuarem na Educação Escolar Indígena Infantil, destaco o Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (Parte 3 – das Modalidades de Ensino na educação Escolar Indígena, Letra A - Educação Infantil):

3. Será garantida aos professores indígenas formação específica para atuar na educação infantil, preferencialmente com o domínio da língua materna para atender as crianças que devem também estudar nesta língua até a idade determinada por cada povo ou comunidade.

A outra etapa da pesquisa voltou-se a levantar artigos científicos *online* e resultados de pesquisas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Com o intuito de investigar trabalhos sobre o tema, foram utilizadas as seguintes categorias no campo de busca: educação escolar indígena, educação escolar indígena infantil, educação infantil indígena. Com isso, foi detectada certa escassez de trabalhos sobre o tema específico da educação infantil indígena, já que foram poucos os resultados obtidos.

Dentre os estudos analisados, existem os que não tratam especificamente sobre a educação indígena, mas que em algum momento são citados durante as discussões, que têm correlação com o tema de cada trabalho. Nesse aspecto, podemos apontar os estudos: CODONHO (2007); EDUCAÇÃO EM FOCO (2012); TASSINARI (2007).

Sobre a relação da infância indígena com a evolução das políticas e dos

modos de educação dos povos indígenas, assim como os aspectos socioculturais, Cariaga discorre:

Em seguida, discorro sobre uma geração que posiciono como intermediária, entre as atuais crianças e os mais velhos. Este segmento se apresenta enquanto uma geração de mediação entre o modo antigo – *teko ymaguare* e com os novos tempos *teko pyahu*. As experiências de ser criança se formaram na transição de um modelo de escolarização assimilacionista para a atual política de educação escolar indígena vivenciada em Te'yikue. Outro elemento que marca a infância desta geração são as mobilizações em torno da retomada das terras tradicionais e a diminuição da mobilidade pela região devido ao acirramento das disputas em torno da terra. (CARIAGA, p. 123, 2012).

Alguns trabalhos tratam da educação escolar indígena, no que diz respeito à sua relação com as comunidades indígenas ou à educação formal em outros períodos do ensino regular. Neste caso, podemos citar os trabalhos de: FIGUEIREDO, AZEVEDO (2014); GONÇALVES (2017); BARROS, SOARES, DUARTE, MACHADO, LOPES, MONTEIRO (2014); ANDRIOLI (2012). Nesse conjunto, um estudo interessante, sobre os direitos conquistados pelos povos indígenas, cita os principais documentos acerca das políticas públicas a Educação Escola Indígena:

Os Povos Indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, conforme define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar Indígena. Seguindo o regime de colaboração, posto pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas. (SOBRINHO, SOUZA, BETTIOL. p. 60, 2017).

No caso específico da educação infantil indígena que é definida pela legislação brasileira vigente, que é o foco principal do presente estudo, verifica-se a quantidade reduzida de trabalhos voltados ao tema, dentre os quais analisei: VENERE, VELANGA (2008); CRUZ (2016); FERREIRA, GODOY (2014); CASTRO (2014); MACHADO (2016). ALMEIDA, MOREIRA, LUCENA (2008); JANKAUSKAS, RODRIGUES, LACERDA, SOUSA (2015); NASCIMENTO, BRAND, URQUIZA (2006); ROSEMBERG (2006).

Especificamente sobre educação infantil indígena, existe a abordagem

sobre as leis e políticas públicas nacionais voltadas para o ensino regular das crianças indígenas de 0 a 5 anos, no estudo seguinte:

A Educação Infantil, direito de todas as crianças brasileiras independentemente de seus status étnico ou social, é garantida pela Constituição Federal de 1988 e agraciada pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 – e encontra nos RCNEIS – Referenciais Curriculares da Educação Infantil (2002) e da Educação Indígena (2002) – as necessárias orientações para sua efetivação. Sendo assim é possível identificar em seus textos alusões específicas à importância de se pensar uma pedagogia que favoreça a inserção do lúdico como aporte metodológico. (ALMEIDA, ALMEIDA, SOUSA, SILVA, CUNHA. p. 108 – 109, 2017).

A importância da educação escolar indígena, sempre com o cuidado de respeitar a sua cultura e ainda sim inseri-la na sociedade, é objeto de discussões e análises nos estudos. Destaco a colocação incluída nesse trabalho:

A busca da valorização do ser indígena passa também pela escola. Esse é um processo que se inicia já na educação infantil, mesmo porque o sentido dos ensinamentos escolares deve estar para fortalecer a identidade cultural e ao mesmo tempo (re) estabelecer o significado de pertencer à sociedade a qual faz parte; principalmente nas comunidades indígenas que estão próximas às cidades. (JANKAUSKAS, RODRIGUES, LACERDA, SOUSA. p.2, 2015).

Ao final dessa etapa do trabalho, totalizou-se a análise minuciosa de vinte (20) publicações científicas relacionadas ao tema Educação Indígena Infantil. Nesse sentido, a produção acadêmica sobre o tema supracitado possui quantitativo reduzido, por se tratar de um tema que consideramos importante para nosso país, que possui população indígena relevante e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação Educação Infantil e Educação Escolar Indígena está por ser construída, ainda há pouco diálogo. Para além do âmbito acadêmico, essa temática precisa ser discutida nas comunidades indígenas, considerando que as culturas devem ser compreendidas pelos símbolos e significados construídos coletivamente. Nesse aspecto, tornam-se necessárias negociações e traduções culturais.

Ficou evidente a contribuição de estudos antropológicos acerca da criança indígena nesta pesquisa como também o modo específico da educação de criança indígena nas instituições de educação infantil, que apontou muitas

questões que ainda devem ser debatidas e estudadas, pois ficou clara a necessidade de pesquisas sobre a educação infantil no contexto indígena.

Dessa forma, a pesquisa documental e bibliográfica sobre a educação infantil indígena, por meio de uma investigação na legislação e nos trabalhos científicos sobre a temática, é importante, pois a ciência deve estar constantemente atualizada para que seja possível o ordenamento periódico das informações e resultados obtidos e, conseqüentemente, identificar possíveis discussões sobre temas correlatos e possíveis lacunas. A partir dos resultados obtidos **da pesquisa, a comunidade acadêmica busca um “novo”** conhecimento que enriqueça determinado tema.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Iniciação Científica - PIBIC da Universidade Federal do Amazonas - UFAM e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: 2014.

_____. Documento Final, I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília, 2009.

_____. Referencial curricular nacional para as escolas indígenas. Brasília, 1998.

_____. Parecer nº 13, de 15 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília, 2012.

_____. Parecer nº 06, de 31 de dezembro de 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Brasília, 2014.

_____. Resolução nº 03, de 10 de novembro de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das Escolas indígenas e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. Fixa Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, 2012.

INEP/MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Educação Básica: 2012 – Resumo técnico. Brasília: INEP/MEC, 2013.

VENERE, Mario Roberto; VELANGA, Carmen Tereza. A Criança Indígena e a Educação Infantil: as complexas relações entre a cultura e a escola na cidade. *Tellus*, ano 8, n. 15, p. 175-191, jul./dez. 2008. Campo Grande – MS.

ALMEIDA, Jeane Alves de; ALMEIDA, Severina Alves de; SOUSA, Rosineide Magalhães de; SILVA, Ângela Maria; CUNHA, Tatiana Ramirez. Infância e Educação infantil Indígena: um estudo da criança. *Apinajé Facit Business and Technology Journal*, p. 102-118. 2017.

FIGUEIREDO, Lilia Marcia de Souza; AZEVEDO, Lucy Ferreira. Jogos e Brincadeiras Indígenas em Mato Grosso. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina*, v. 15, n. 2, p. 137-141, jun. 2014.

CRUZ, Gislaíne Azevedo da. As Políticas Públicas Educacionais: a (in) visibilidade da educação infantil indígena em Dourados - Mato Grosso do Sul. *Revista Even. Pedagog. Número Regular: Formação de Professores e Desafios da Escola no Século XXI. Sinop*, v. 7, n. 2 (19. ed.), p. 783-797, jun./jul. 2016.

FERREIRA, Edna; GODOY, Marília Gomes Ghizzi. O Universo Cultural da Criança Guarani Mbya e a Presença dos Centros Educacionais e Culturais Indígenas (CECIS) nas aldeias de São Paulo. *Cadernos CERU, série 2*, v. 25, n. 1, p.101-119, junho de 2014.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. Educação Infantil Indígena na Legislação e na Produção do Conhecimento. *Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS*, v.4, n.7, p. 77-88, janeiro a junho 2016.

MACHADO, Micheli Alves. Educação Infantil: Criança Guarani e Kaiowá da reserva indígena de Dourados. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). 2016.

GONÇALVES, Rosalina Tellis. Linguagem Oral na Educação Infantil Indígena: a produção de gênero textual oral valorizada por uma prática reflexiva. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. 2007.

ALMEIDA, Severina Alves de; MOREIRA Eliana Henriques; LUCENA, Josete Marinho de. A Educação Infantil Indígena Apinayé: a alfabetização bilingüe em perspectiva. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 04 N° 07, p.171-178 – 2008.

JANKAUSKAS, Rosi Meri Bukowitz; RODRIGUES, Darcimar Souza; LACERDA, Luiz Felipe Barboza; SOUSA, Sebastião Rocha de. A Educação Infantil na Escola Indígena na Comunidade de Umariçu II. VII FIPED - Fórum Internacional de Pedagogia, Parintins/AM. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015.

SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarac; SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Célia Aparecida. A Educação Escolar Indígena no Brasil: uma análise crítica a partir da conjuntura dos 20 anos de LDB. P O I É S I S – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina. Unisul, Tubarão, v. 11, n. 19, p. 58 - 75, Jan/Jun 2017.

BARROS, João Luiz da Costa; SOARES, Artemis de Araújo; DUARTE, Marcelo Gonçalves; MACHADO, João C. B Pereira; LOPES, Maria Almerinda M.; MONTEIRO, Plínio J. Cavalcante. O Brincar das Crianças Sateré-Mawé e suas Relações Interculturais com a Educação Escolar Indígena. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto 2014, Vol. 14, Issue 1, p26 23p.

JESUS, Suzana Cavalheiro de. No Campo da Educação Escolar Indígena: uma etnografia sobre territorialidade, educação e infância na perspectiva Mbyá-Guarani. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

CODONHO, Camila. Aprendendo Entre Pares: a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marworno. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina/SC, 2007.

CARIAGA, Diógenes. **As Transformações no Modo de Ser Criança em Te'ýikue** (1950- 2010). Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2012.

ANDRIOLI, Luciana Regina. Presença e Significado da Escola: estudo sobre a comunidade bilíngue Kaingang de Faxinal no Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá/PR, 2012.

NASCIMENTO, Adir Casaro; BRAND, Antônio J. URQUIZA Antônio H. Entender o Outro: a criança indígena e a questão da educação infantil. 29 Reunião anual da ANPED. GT: Educação de crianças de 0 a 6 anos/GT7. Anais..., 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil e Povos Indígenas no Brasil: apontamentos para um debate. In.: MIEIB. Discutindo políticas de educação infantil e educação escolar indígena, 2006.

FOCO, Educação em. Circulando com os Meninos: infância, participação e aprendizagens de meninos indígenas Xakriabá. FAE- Campus DE BH – UEMG, ano 15 - n. 20 - dezembro 2012 - p. 79-104.

TASSINARI, Antonella. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. Revista Tellus, UCDB, ano 7, n. 13, pp. 11-25, 2007.